

SUMÁRIO

1	
PROBIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 1º)	21
▪ CAPÍTULO I	21
▪ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21
2	
SUJEITOS (ARTS. 2º A 8º)	95
3	
ESPÉCIES (ARTS. 9º A 11)	121
▪ CAPÍTULO IIDOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	121
SEÇÃO IDOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	121
SEÇÃO IIDOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO	149
SEÇÃO IIIDOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	171
4	
SANÇÕES (ART. 12)	195
▪ CAPÍTULO IIIDAS PENAS	195
5	
DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13)	233
▪ CAPÍTULO IVDA DECLARAÇÃO DE BENS	233
6	
CONTROLE INTERNO (ARTS. 14 E 15)	241
▪ CAPÍTULO VDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL	241
7	
INDISPONIBILIDADE DE BENS (ART. 16)	245

8	
PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 17 E 18).....	261
9	
DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART. 19)	367
▪ CAPÍTULO VIDAS DISPOSIÇÕES PENAIS.....	367
10	
EFICÁCIA DA CONDENAÇÃO E AFASTAMENTO PROVISÓRIO DE AGENTE PÚBLICO (ART. 20).....	369
11	
INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS (ART. 21).....	373
12	
INVESTIGAÇÃO (ART. 22)	379
13	
PRESCRIÇÃO (ART. 23)	385
▪ CAPÍTULO VIIDA PRESCRIÇÃO.....	385
14	
CAPACITAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE (ART. 23-A).....	401
15	
DESPESAS PROCESSUAIS E SUCUMBÊNCIA (ART. 23-B)	403
16	
IMPROBIDADE E PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 23-C).....	407
17	
EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI (ARTS. 24 E 25 E ARTS. 3º A 5º DA LEI N. 14.230/21)	409
▪ CAPÍTULO VIIDAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	409
 LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021	411
BIBLIOGRAFIA	429

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – PROBIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 1º)	21
1. IMPROBIDADE.....	22
2. CAUSAS E EFEITOS DA IMPROBIDADE.....	28
3. DIREITO SUBJETIVO PÚBLICO	48
4. MORALIDADE, PROBIDADE E IMPROBIDADE	53
5. A TUTELA DA PROBIDADE NO DIREITO BRASILEIRO.....	63
6. BENS JURÍDICOS TUTELADOS.....	67
7. ESPÉCIES ENDÓGENAS E EXÓGENAS DE IMPROBIDADE.....	68
7.1. LEI DAS ELEIÇÕES	71
7.2. LEIS DE FOMENTO PÚBLICO	73
7.3. ESTATUTO DA CIDADE.....	74
7.4. LEIS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	75
7.5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	75
7.6. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	76
7.7. LEI DE CONFLITO DE INTERESSES.....	77
7.8. OUTRAS LEIS.....	79
8. ELEMENTO SUBJETIVO: DOLO	81
8.1. CRIME E ATO DE IMPROBIDADE.....	88
9. INTERAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	91
10. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR DIVERGÊNCIA INTERPRETA- TIVA.....	92
CAPÍTULO 2 – SUJEITOS (ARTS. 2º A 8º)	95
11. AGENTES PÚBLICOS: CONCEITO E ESPÉCIES	95
12. AGENTES PÚBLICOS NA LEI N. 8.429	103
13. AGENTES POLÍTICOS.....	105
14. RESPONSABILIDADE DECORRENTE DE PARCERIAS <i>LATO SENSU</i>	107
15. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS.....	108

16. RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEUS DIRIGENTES E EMPREGADOS.....	111
17. EXCLUSÃO DA CONCORRÊNCIA COM A LEI N. 12.846/13	111
18. DEVER DE REPRESENTAÇÃO	115
19. LIMITE DA RESPONSABILIDADE DE PESSOAS FÍSICAS SUCESSORAS..	118
20. LIMITE DA RESPONSABILIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS SUCESSORAS	120
CAPÍTULO 3 – ESPÉCIES (ARTS. 9º A 11)	121
21. ESPÉCIES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	123
22. ELEMENTO SUBJETIVO: DOLO	123
23. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA.....	130
24. OBTENÇÃO DE VANTAGEM PATRIMONIAL INDEVIDA EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA POR AÇÃO OU OMISSÃO LEGAL OU ILEGAL.....	133
25. PERCEPÇÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA DE QUEM TENHA POTENCIAL INTERESSE A SER SATISFEITO POR AÇÃO OU OMISSÃO DE AGENTE PÚBLICO	135
26. AUFERIMENTO DE VANTAGEM ECONÔMICA INDEVIDA ALIADA À CAUSAÇÃO DE PREJUÍZO AO ERÁRIO	138
27. APROVEITAMENTO DE BENS PÚBLICOS, DISPONIBILIZADOS AO PODER PÚBLICO, OU SOB SUA GUARDA OU TUTELA.....	141
28. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DESPROPORCIONAL	143
29. PREJUÍZO AO ERÁRIO	152
30. A EXCLUSÃO DA CULPA.....	155
31. APROVEITAMENTO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES.....	156
32. NEGÓCIOS COM VALORES SUPERFATURADOS OU SUBFATURADOS.	159
33. ATOS GERADORES DE ÔNUS ILEGÍTIMOS	161
34. FRUSTRAÇÃO DA LICITUDE DE LICITAÇÃO OU PRETERIÇÃO INDEVIDA	161
35. ILICITUDE NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NA ARRECADAÇÃO.....	168
36. NORMA RESIDUAL	169
37. EXCEÇÃO À PERDA PATRIMONIAL EFETIVA	169
38. INAPLICABILIDADE DA ISENÇÃO DE RESSARCIMENTO.....	170
39. PERDA PATRIMONIAL E ATIVIDADE ECONÔMICA	170
40. ATENTADO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	173

41. REVELAÇÃO QUALIFICADA DE SEGREDO FUNCIONAL E DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA	177
42. NEGATIVA DE PUBLICIDADE AOS ATOS OFICIAIS.....	179
43. FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER CONCORRENCIAL DE PROCESSO SELETIVO	180
44. VIOLAÇÃO DO DEVER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	182
45. DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS RELATIVAS À CELEBRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DE CONTAS DE PARCERIAS.....	183
46. NEPOTISMO.....	184
47. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL COM PROMOÇÃO PESSOAL.....	185
48. DOLO E LESIVIDADE RELEVANTE	186
CAPÍTULO 4 – SANÇÕES (ART. 12).....	195
49. SANÇÕES GERAIS CONTRA A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	197
50. COMUNICAÇÃO OU NÃO DE INSTÂNCIAS DIFERENTES DE RESPONSABILIDADE	199
51. SANÇÕES ESPECÍFICAS DA LEI N. 8.429/92	200
52. DIMENSÃO SUBJETIVA.....	202
53. APLICAÇÃO E DOSIMETRIA DAS SANÇÕES	203
54. RESSARCIMENTO DO DANO	209
55. PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA.....	212
56. PERDA DE BENS	216
57. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	217
58. PAGAMENTO DE MULTA CIVIL	218
59. PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS.....	219
60. LIMITAÇÃO MATERIAL DA PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	221
61. AUMENTO DA MULTA CIVIL.....	223
62. PRESERVAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	223
63. LIMITAÇÃO ESPACIAL DA PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS	224
64. IMPROBIDADE DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	225
65. DEDUÇÃO DA REPARAÇÃO DO DANO DE INSTÂNCIAS DIVERSAS.....	226

66. PROIBIÇÃO DO <i>BIS IN IDEM</i>	226
67. CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS	229
68. EFICÁCIA TEMPORAL DAS SANÇÕES	230
69. CÔMPUTO DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS POLÍTICOS..	230
CAPÍTULO 5 – DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13)	233
70. CONTROLE DA LEGITIMIDADE DO ENRIQUECIMENTO DE AGENTES PÚBLICOS	233
71. LEI N. 8.730/93	236
72. REQUISITO DE PROVIMENTO EM CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICOS	236
73. DECLARAÇÃO DE INTERESSES E ATIVIDADES	237
74. PUBLICIDADE	238
CAPÍTULO 6 – CONTROLE INTERNO (ARTS. 14 E 15)	241
75. CONTROLE INTERNO DA PROBIDADE	242
76. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	243
CAPÍTULO 7 – INDISPONIBILIDADE DE BENS (ART. 16)	245
77. INDISPONIBILIDADE DE BENS	247
78. LEGITIMIDADE ATIVA	249
79. FINALIDADE	250
80. CONCORRÊNCIA COM OUTROS PROVIMENTOS CAUTELARES	251
81. CONTRADITÓRIO DIFERIDO	252
82. REQUISITOS	252
83. BENS ATINGÍVEIS	254
84. ORDEM DE INDISPONIBILIDADE DE BENS	255
85. BENS DE TERCEIRO	256
86. PROPORCIONALIDADE	256
87. CONVENÇÃO PROCESSUAL	258
88. DIREITO INTERTEMPORAL	258
89. RESPONSABILIDADE CIVIL E IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO	259
CAPÍTULO 8 – PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 17 E 18)	261
90. PROCESSO JUDICIAL: AÇÃO CIVIL	265
91. LEGITIMIDADE ATIVA	267

92. COMPETÊNCIA	270
93. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	273
94. REJEIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL.....	274
95. TUTELA PROVISÓRIA.....	275
96. CONTESTAÇÃO E DEFESAS.....	276
97. SUSPENSÃO PROCESSUAL E ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL .	277
98. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO E LITISCONSÓRCIO.....	278
99. IMODIFICABILIDADE DA PETIÇÃO INICIAL.....	279
100. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS	282
101. PROVAS.....	282
102. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA <i>AD NUTUM</i>	284
103. INTERVENÇÃO DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA.....	285
104. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	287
105. CONVERSÃO OU PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO.....	287
106. INTERROGATÓRIO	291
107. INAPLICABILIDADE DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL EM CASO DE REVELIA.....	292
108. NÃO INCIDÊNCIA DA INVERSÃO OU MODIFICAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	293
109. CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO E MULTIPLICIDADE DE AÇÕES.....	294
110. REEXAME NECESSÁRIO.....	295
111. ATUAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA.....	296
112. RECURSOS.....	297
113. A CONSENSUALIDADE COMO NOVA FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	300
114. CONSENSUALIDADE NA TUTELA DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA	303
115. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL.....	304
116. NATUREZA JURÍDICA	306
117. LEGITIMIDADE ATIVA.....	309
118. OITIVA DO ENTE LESADO	311
119. REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO ACORDO: ADEQUAÇÃO, OPORTUNIDADE, CONVENIÊNCIA E UTILIDADE	311
120. TIPOS DE ACORDO.....	318
121. CONTEÚDO	324

122. OITIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS	330
123. SANÇÕES PASSÍVEIS DE ACORDO	333
124. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO	339
125. DESCUMPRIMENTO DO ACORDO	344
126. SENTENÇA	347
127. APLICAÇÃO E DOSIMETRIA DAS SANÇÕES	348
127.1. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	353
128. ILEGALIDADE E IMPROBIDADE	354
129. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS SANÇÕES	354
130. PROIBIÇÃO DE REEXAME NECESSÁRIO	354
131. VEDAÇÃO DE OUTROS PROVIMENTOS	355
132. DESTINAÇÃO DO PRODUTO DA CONDENAÇÃO	359
133. LEGITIMIDADE PARA LIQUIDAÇÃO DA CONDENAÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	359
134. LEGITIMIDADE SUPERVENIENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	360
135. DESCONTO E RESSARCIMENTO DO DANO	361
136. PARCELAMENTO DO DÉBITO	361
137. UNIFICAÇÃO DE SANÇÕES	363
138. TETO RESULTANTE DA UNIFICAÇÃO	365
CAPÍTULO 9 – DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA (ART. 19)	367
139. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA ESPECÍFICA	367
140. SANÇÕES	368
CAPÍTULO 10 – EFICÁCIA DA CONDENAÇÃO E AFASTAMENTO PROVISÓRIO DE AGENTE PÚBLICO (ART. 20)	369
141. EFICÁCIA TEMPORAL DA CONDENAÇÃO	369
142. AFASTAMENTO PROVISÓRIO	370
CAPÍTULO 11 – INDEPENDÊNCIAS DE INSTÂNCIAS (ART. 21)	373
143. INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS	374
144. IRRELEVÂNCIA DE DANO PATRIMONIAL	374
145. DESVINCULAÇÃO DAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	375
146. COMUNICAÇÃO DE INSTÂNCIAS JUDICIAIS	376
147. COMPENSAÇÃO DE SANÇÕES	378

CAPÍTULO 12 – INVESTIGAÇÃO (ART. 22)	379
148. INVESTIGAÇÃO	379
149. INQUÉRITO CIVIL	382
CAPÍTULO 13 – PRESCRIÇÃO (ART. 23).....	385
150. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONADORA	387
151. CAUSAS SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO	389
152. CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	390
153. COMUNICABILIDADE DAS CAUSAS SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS..	392
154. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	392
155. IMPRESCRITIBILIDADE DO RESSARCIMENTO DO DANO.....	396
156. PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL.....	397
CAPÍTULO 14 – CAPACITAÇÃO (ART. 23-A)	401
157. APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO E EXTERNO	401
CAPÍTULO 15 – DESPESAS PROCESSUAIS E SUCUMBÊNCIA (ART. 23-B)	403
158. DESPESAS PROCESSUAIS E SUCUMBÊNCIA.....	403
159. HONORÁRIOS.....	405
160. DANO PROCESSUAL.....	405
CAPÍTULO 16 – IMPROBIDADE E PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 23-C).....	407
161. EXCLUSÃO DOS ATOS ILÍCITOS ENVOLVENDO RECURSOS PÚBLICOS GERIDOS POR PARTIDOS POLÍTICOS.....	407
CAPÍTULO 17 – EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI (ARTS. 24 E 25 E ARTS. 3º A 5º DA LEI N. 14.230/21)	409
162. CLÁUSULAS DE VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO	409
LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021	411
163. LEGITIMIDADE ATIVA E REGRA DE TRANSIÇÃO.....	411
164. CLÁUSULAS DE VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO DA LEI N. 14.230.....	413
165. A REVOGAÇÃO DOS ARTS. 4º E 5º DA LEI N. 8.429.....	413
166. A REVOGAÇÃO DOS INCISOS I E II DO ART. 11 DA LEI N. 8.429 E SEU ROL TAXATIVO: O ERRO TÁTICO	414
167. RETROATIVIDADE OU IRRETROATIVIDADE DA LEI N. 14.230.....	420

168. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE TÍPICO-NORMATIVA	425
BIBLIOGRAFIA	429